

Percepção de psicólogas/os acerca do seu trabalho quanto a gênero e sexualidade

La percepción de las/os psicólogas/os acerca de su trabajo sobre el género y la sexualidad

Nathália Fialho da Silva¹ 

Polyana Pereira Gomes² 

Worney Ferreira de Brito³ 

¹Autora para correspondência. Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (Montes Claros). Minas Gerais, Brasil. fialho783@gmail.com

^{2,3}Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (Montes Claros). Minas Gerais, Brasil. polyana.gomes@soufasi.com.br, worney.brito@fasi.edu.br

RESUMO | INTRODUÇÃO: Não se deve limitar os seres humanos ao seu órgão sexual, pois as pessoas não são compostas apenas pela biologia: elas são produto de manifestações culturais, afetivas, sociais e psicológicas, em uma intrincada rede de sentidos que as torna únicas. Por esta razão, as discussões sobre as diversidades sexual e de gênero têm tomado grandes proporções na sociedade e no campo de atuação da Psicologia, considerando-se necessário promover acolhimento, autoconhecimento e aceitação ao sujeito que apresenta esta demanda ao serviço psicológico, sem imposições de qualquer ordem. **OBJETIVO:** Conhecer a percepção de psicólogas/os sobre sua compreensão e atuação acerca de gênero e sexualidade, aplicados à prática profissional. **MÉTODOS:** A pesquisa foi realizada nas cidades do Norte de Minas Gerais, tendo sido entrevistadas/os dez psicólogas/os atuantes em diferentes áreas e abordagens teóricas, através do critério de saturação. Os dados empíricos foram produzidos por meio de entrevistas individuais e interpretados com base na análise do discurso de Pêcheux. **RESULTADOS:** Observou-se que a percepção destas/os psicólogas/os reflete, em grande parte, a forma com que a sociedade em geral lida com os conhecimentos acerca deste tema, predominantemente em caráter subjetivo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O tema gênero e sexualidade não é discutido com a frequência que se poderia esperar no âmbito da graduação em Psicologia. Devido à importância do assunto, acredita-se ser relevante tratar dessa temática com um olhar mais próximo e embasado, pois até mesmo na construção do estudo foram perceptíveis lacunas quanto às referências acerca desse conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional. Gênero. Percepção. Psicologia. Sexualidade.

RESUMEN | INTRODUCCIÓN: Los seres humanos no deben ser limitados a su órgano sexual, ya que las personas no están compuestas únicamente de Biología: son producto de las manifestaciones culturales, afectivas, sociales y psicológicas, en una intrincada red de significados que las hace únicas. Por ello, las discusiones sobre las diversidades sexuales y de género han tomado grandes proporciones en la sociedad y en el campo de la Psicología, considerándose necesario promover la recepción, el autoconocimiento y la aceptación del sujeto que presenta esta demanda del servicio psicológico, sin imposiciones de ningún tipo. **OBJETIVO:** Conocer la percepción de las/os psicólogas/os, su comprensión y su desempeño sobre el género y la sexualidad, aplicada a la práctica profesional. **MÉTODOS:** La investigación se realizó en ciudades del norte de la provincia de Minas Gerais y se entrevistó a diez psicólogas/os que trabajan en diferentes áreas y enfoques teóricos, utilizando el criterio de la saturación. Los datos empíricos se produjeron a través de entrevistas individuales y se interpretaron a partir del análisis del discurso de Pêcheux. **RESULTADOS:** Se observó que la percepción de estas/os psicólogas/os refleja, en gran medida, la forma en que la sociedad en general aborda el conocimiento sobre este tema, predominantemente de manera subjetiva. **CONSIDERACIONES FINALES:** El tema del género y la sexualidad no se discute con tanta frecuencia como cabría esperar en el contexto de la carrera de Psicología. Debido a la importancia del tema, se considera relevante abordarlo con una mirada más cercana y fundamentada, pues, incluso en la construcción del estudio, se notaron vacíos en cuanto a las referencias sobre este contenido.

PALABRAS CLAVE: Formación profesional. Gênero. Percepción. Psicología. Sexualidad.

Introdução

Os conceitos ligados ao gênero e à sexualidade têm tido grande destaque na sociedade brasileira nos últimos tempos. A discussão acerca dessa temática tem suscitado acaloradas discussões sobre a maneira como as pessoas vivem ou poderiam viver sua sexualidade e o poder sobre os seus corpos, dependendo da sua inserção em uma sociedade cis-heteronormativa, que dita regras e impõe sofrimento a pessoas que não seguem este padrão.

De modo geral, existe uma ideia cristalizada na sociedade de que o conceito de gênero se restringe somente ao homem e à mulher. No entanto, de acordo com [Henning](#) (2008), não há um rótulo para tal definição, não se devendo limitar um ser ao seu órgão sexual, por não se tratar apenas de questões biológicas, já que o ser humano também apresenta manifestações psicológicas, afetivas, sociais e culturais que compõem qualquer sujeito, independentemente de ele ter orientação heterossexual, homossexual ou bissexual, e de se perceber cisgênero ou transgênero, identificar-se com qualquer outro tipo de gênero ou mesmo com nenhum.

Várias/os autoras/es buscam definir esse conceito com suas próprias palavras, mas é perceptível um mesmo sentido em sua maioria. Dentre elas/es, [Scott](#) (1995, p. 76) contribui de forma objetiva e simplificada, ao sustentar que “o uso da expressão de gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”.

Neste mesmo caminho, [Butler](#) (2003) afirma que existe uma ordem compulsória que liga sexo, gênero e desejo, como se a biologia fosse o único destino. Atendendo à tese de que o gênero é culturalmente construído, uma lógica o separa do sexo, porém, os conceitos vão sendo confundidos como se estivessem tratando exatamente da mesma coisa e a concepção deste aspecto da vida humana vai sendo tratada a partir de vários interesses.

Destarte, por sua vez, [Foucault](#) (1998) afirma que a sexualidade é utilizada como uma espécie de ponto de passagem em relação ao poder, sendo dotado de maior instrumentalização dentre os elementos desta relação. Ainda que não seja o seu elemento mais rígido, a sexualidade é, portanto, utilizável em grande

número de manobras, apoiando e articulando várias estratégias de poder. Tais estratégias perpassam a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do poder perverso, em busca do saber e do poder contidos no sexo no seio da sociedade.

Sob o olhar de [Silva](#) e Mello (2017), pela longa estrada da civilização, ocorre uma diversidade no que se refere aos conceitos de normalidade e anormalidade, e de saúde ou doença. Estes conceitos vêm sofrendo grandes transformações, uma vez que algumas práticas consideradas normais em determinada época ou local podem ser consideradas anormais ou serem tidas como doença, devido a um vasto contexto geográfico, cultural, político e religioso.

Um grande exemplo das mudanças que vêm ocorrendo seria o conceito de homossexualidade, que, no passado, já foi visto como uma anormalidade ou perversão sexual e que, com o passar dos anos e com o consequente desenvolvimento sociocultural e científico, já é compreendido unicamente como uma das expressões da orientação sexual do ser humano ([Silva & Mello](#), 2017).

Neste mesmo sentido, de acordo com [Pinho](#) et al. (2019), aquelas pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo biológico, além de serem colocados à margem da sociedade, também foram, de forma equivocada, responsabilizados, por exemplo, pelo surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, mais conhecida como AIDS, na década de 1980. Tal fato, por um lado, degradou ainda mais a imagem já marginalizada das pessoas homossexuais na sociedade, mas, por outro, impulsionou diversos estudos acerca das vivências desse grupo.

Seguindo-se tal perspectiva, [Machado](#) e Oliveira (2018) apresentam fatos sobre a travestilidade, partindo da convivência com estas pessoas em um determinado município brasileiro, tendo sido possível conhecer suas histórias de vida, suas angústias e como é a relação delas com a família e a sociedade, bem como acerca de como é construída essa feminilidade nas ruas. Dessa forma, buscou-se ajudar na desmistificação dos conceitos cristalizados sobre gênero, no âmbito escolar, de modo a analisar os enfrentamentos, visando desconstruir o sujeito masculino como a referência predominante nesse ambiente.

A comunidade trans tem sido grande vítima de preconceito e discriminação. Para [Bastos](#) et al. (2017), homofobia é a denominação genérica utilizada para conceituar o preconceito direcionado a membros da comunidade LGBTQIA+¹. Tais atos de violência são manifestados através de atitudes agressivas, podendo ser físicas, verbais e/ou psicológicas, também abrangendo homicídios cometidos diariamente contra essas pessoas, atingindo sua integridade e mesmo os direitos humanos.

Com o intuito de evidenciar tais situações de violência com todas essas pessoas, seguem dados reais referentes ao ano de 2016, produzidos pelo Grupo Gay da Bahia - GGB:

O relatório de 2016 sobre assassinatos de LGBT registra 343 mortes no ano da pesquisa, resultando em um assassinato a cada 25 horas, o que faz o Brasil campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Consta-se um crescimento assustador destas mortes no país: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 343 em 2016. Matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde existe a pena de morte contra os LGBT. (Assunção & Silva, 2018, p. 393)

Segundo [Amaral](#) et al. (2021), enquanto campo do saber e poder, a Psicologia vem sendo solicitada a se dispor contra movimentos, posturas e manifestações que contribuem para discursos homofóbicos, machistas, misóginos e tantas outras formas de violência e preconceito, exatamente pelo fato de esta ciência considerar o ser humano a partir de sua subjetividade, afastando-se do conceito de que o sujeito é universal.

O Conselho Federal de Psicologia - CFP, entidade que regulamenta a profissão, posiciona-se claramente diante da situação, principalmente, pelo fato de este órgão ter como objetivo prezar pela integridade, pela subjetividade e pelos direitos humanos, no seu mais amplo sentido. Esta entidade oferece orientação específica para a atuação de psicólogas/os na promoção da saúde mental da população LGBTQIA+, a partir da premissa de que a transexualidade e a travestilidade são expressões de gênero e sexualidade

não normativas, não se constituindo, portanto, em psicopatologias ([Silva & Mello](#), 2017).

Conforme [Anjos](#) e Lima (2017), ainda hoje, mesmo depois de 15 anos após publicação da [Resolução](#) 01/99 e de o CFP apresentar de maneira direta a maneira de proceder das/os psicólogas/os diante de orientações sexuais diversas da heterossexualidade e afirmar que estas não podem ser consideradas como doenças e nem distúrbios, depara-se com as práticas de julgamentos de algumas/ns destas/es profissionais. Muitas dessas atitudes são impregnadas por um tipo de concepção repleta de preconceitos, o que não deveria ser e não é permitido em hipótese alguma no exercício dessa profissão.

Conforme [Mizael](#) et al. (2019), a Psicologia tem seu objetivo principal em prezar pela dignidade e integridade do ser humano, uma vez que as/os profissionais dessa área atuam em vários campos e com diversos sujeitos, cada um/a com suas peculiaridades. Sendo assim, seus saberes têm influências diretas na saúde mental dos indivíduos com os quais se trabalha.

As abordagens psicológicas que se baseiam na socialização das crianças para explicar as diferenças sexuais, por exemplo, descartam de suas análises o debate mais amplo a respeito de como as normas de gênero e sexualidade aprendidas são produzidas em relação a seu contexto histórico, econômico e político, ou seja, passam por cima da teoria para trazer o meio como influenciador. É com base nestas referências que muitas/os futuras/os profissionais de Psicologia irão orientar suas práticas, seja na pesquisa ou em outras áreas de atuação ([Anjos & Lima](#), 2017).

Mesmo levando em consideração todo este contexto histórico social, de acordo com [Gonçalves](#) (2019), pessoas como a psicóloga Rozangela Justino, atuante na profissão há 35 anos e denominada como terapeuta cristã, conceituou a homossexualidade como um distúrbio advindo de algum trauma ou abuso sofrido na infância do sujeito. Em suas declarações, Justino afirma ter amenizado o sofrimento de seus pacientes que apresentavam tal demanda, perpetrando um conjunto de práticas de reorientação sexual que ficou conhecido como cura gay.

¹ LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para esta comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade e se refere a pessoas lésbicas, gays, travestis e transgêneras, queer, questioning, intersexuais, agêneras/os, assexuais e demais nomenclaturas utilizadas para se referir a pessoas não heteronormativas ([G. Silva](#), 2020). Esta terminologia é a mais atualizada sobre a população anteriormente denominada apenas como LGBT; as outras letras e o símbolo + foram acrescentados à sigla a fim de se abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero ([Reis](#), 2018).

Em setembro de 2017, chegou a acontecer um embate entre as partes favoráveis e contrárias a essas terapias de reorientação: Justino e outras/os 22 psicólogas/os moveram uma ação popular contra o CFP e o juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho concedeu liminar que interrompia os efeitos de parte da [Resolução 01/99](#). Apesar de ter mantido a Resolução, Carvalho determinou que o Conselho não poderia vedar psicólogas/os de promover estudos ou atendimento profissional relativos à reorientação sexual ([Gonçalves](#), 2019).

Neste mesmo contexto, [Amaral](#) et al. (2021) apresentam a promoção de uma ação judicial por parte de um grupo de psicólogas/os, no mês de dezembro de 2019. Tal pleito visava à suspensão dessa mesma Resolução do CFP. Para eles, essa normativa seria um insulto aos direitos da sociedade e da/o profissional de Psicologia e contra a humanidade, pois a proibição da prática de reversão sexual impediria a realização de estudos científicos que pudessem gerar o que chamaram de soluções para comportamentos homoafetivos.

Sob a perspectiva de [Gonçalves](#) (2019), o papel da/o psicóloga/o é auxiliar suas/eus pacientes por meio de terapias que implicam aceitação, apoio e autoconhecimento, sem imposição ou negação de uma identidade específica. As técnicas de mudança de orientação sexual são eticamente inaceitáveis e o processo de reorientação sexual acabaria por aumentar consideravelmente os quadros de ansiedade, depressão e suicídios.

Questões como as ora abordadas deveriam ser tratadas durante o processo de graduação das/os profissionais da Psicologia. Conforme [L. R. Silva](#) (2020), todo o processo da formação acadêmica é extremamente importante para a capacitação de psicólogas e psicólogos, pois esse é o momento ideal para absorver conhecimentos e garantir uma preparação competente, para que, futuramente, na atuação, saibam lidar com as questões, incluindo-se aquelas ligadas ao gênero. Tal prestação de serviço deve, outrossim, sempre se pautar na ética e na qualidade do serviço prestado, promovendo ao sujeito que solicita seus serviços autoconhecimento, segurança e determinação, dentre outras características.

Tendo em vista este contexto de violência contra uma minoria e as proporções tomadas pelas discussões

sobre a diversidade sexual e de gênero na sociedade, este estudo buscou conhecer a maneira como as/os psicólogas/os percebem o seu trabalho diante das questões de gênero e como tem sido esta atuação. De modo especial, cogitou-se sobre o fato de essas/es profissionais, quando em início de carreira, estarem mais preparadas/os ou não para atuarem com as demandas acerca deste tema, por sua recente relação com os bancos universitários, haja vista que o assunto ainda permeia lugares e mentes preconceituosas, características que não condizem com a Psicologia.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no Norte de Minas Gerais, após ter aprovação do Comitê de Ética – CEP em Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE, sob o parecer nº 4.195.676, ao dia 06 de agosto de 2020. Foram entrevistadas/os dez psicólogas/os através do critério de saturação, tendo sido recrutadas/os a partir da metodologia bola de neve. Oito delas se consideram do gênero feminino, e dois, do masculino; têm idades entre 25 e 33 anos; são residentes nesta região e atuam em áreas de prestação de serviço em Psicologia, tais como no setor de recrutamento e seleção, em Estratégias Saúde da Família – ESF ou em clínicas psicológicas.

Para serem incluídas/os na pesquisa, as/os psicólogas/os deviam ter-se graduado em Psicologia entre julho de 2014 e julho de 2019. Este recorte se deve ao fato de esta região, em especial sua cidade polo, ser um centro de cursos superiores, inclusive de Psicologia, que provém profissionais para toda essa área. Como a introdução mais específica do assunto gênero vem sendo ali aplicada através de diversas palestras, cursos extracurriculares, eventos e disciplinas optativas nos últimos cinco anos, acredita-se que a abordagem da temática pode ter afetado o nível de conhecimento sobre o tema por parte das/os psicólogas/os que tenham-se formado e que trabalhem nesta região. Foram excluídas/os do estudo aquelas/es psicólogas/os que tivessem atuado profissionalmente havia menos de um ano, haja vista que o seu tempo de experiência prática provavelmente não teria ainda se somado à maneira de se formar uma percepção mais apurada sobre o tema.

Procedimentalmente, o trabalho se iniciou com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE à/ao respondente, a fim de que ela/e fosse devidamente informada/o sobre os seus direitos, os benefícios e os riscos que poderiam advir da participação na pesquisa, bem como pudesse oferecer o seu consentimento para a realização da pesquisa. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, composto de seis perguntas, acompanhado de um miniquestionário sociodemográfico para fins de caracterização das/os participantes.

Como o país ainda se encontrava em regime de distanciamento social e sob medidas de segurança sanitária em função da pandemia da Covid-19, foram utilizadas as tecnologias de informação e comunicação - TICs a fim de se proceder as entrevistas, que foram realizadas através da aplicação Google Meet.

Após a realização das entrevistas, as falas foram transcritas e analisadas através de leitura repetida e aprofundada, baseando-se na análise do discurso - AD de Pêcheux, em que as formações discursivas apresentam a relação entre o sujeito e a ideologia (Brasil, 2011). Para apresentação neste trabalho e preservação das identidades, as/os participantes estão doravante apresentadas/os através de codinomes como P1, P2, P3 etc.

Resultados e discussão

A partir dos dados empíricos obtidos, compreendeu-se dividir os resultados nas seguintes categorias: 1- Conceituação de gênero, 2- Formação adequada para lidar com as questões relativas a gênero e sexualidade, 3- Percepção do conhecimento sobre gênero na prática profissional, 4- Conduta sobre gênero em um processo terapêutico. Seguem, portanto, as análises categoriais.

1. Conceituação de gênero

Segundo Melo e Sobreira (2018), gênero e sexualidade são temas que despertam várias dúvidas a respeito do seu significado real, o que enseja a necessidade de se padronizar esse conceito. Os resultados da pesquisa colocaram em evidência certa variação de conceitos, ainda que todos eles estivessem ligados ao que é padrão para a sociedade atual, entendendo

gênero como a maneira com que o outro se identifica, porém, limitando-se sexualidade à mulher ou ao homem, em uma perspectiva binária, conforme é possível perceber a seguir:

Nossa, nunca me perguntei isso, engraçado, mas acho que é o que define sexo masculino e feminino, não sei acho que é isso, nunca parei para pensar. (P1)

Pode-se inferir que o fato de tal pergunta não ter passado o pensamento de P1 represente um distanciamento do assunto "sexo" enquanto parte importante da formação de um/a psicóloga/o. No entanto, sua expressão de surpresa permite compreender que a pesquisa fez com que a/o participante se atentasse para tal fato.

Então, gênero para mim é a aceitação de como eu me sinto, identífico. No meu caso, como mulher e, também, a minha opção sexual sendo por homem. Basicamente é isso, a forma como eu me sinto confortável para me relacionar com as pessoas. (P3)

A confusão no uso de termos como "opção sexual" em vez de "orientação sexual" apresenta que, de fato, ainda há certo caminho a ser percorrido. A confusão entre gênero e sexo é bastante comum no público leigo, mas se esperaria que, no meio profissional, tal questão não existisse de maneira tão relevante. Inclusive, o processo de subjetivação ligado ao "para mim", "minha opção" e "eu me sinto" traz algo de uma visão individual destes conceitos, o que também é apresentado no trecho abaixo:

Gênero é a forma que eu me identifico, que eu me mostro para o mundo, né, isso no sentido particular, agora em uma questão mais ampla, gênero, não, aí já seria papéis então a respeito da questão de gênero em si é a forma que eu me mostro que eu me identifico, e que eu me apresento. (P4)

Sendo assim, corroborando Butler (2003), Machado e Oliveira (2018) também traz a ideia de que, atualmente, ainda prevalece a concepção de gênero ligada aos genitais dos indivíduos, com a predominância social do entendimento de que mulheres e homens são definidos a partir da existência da vagina e do pênis. É perceptível que este tema envolve diversos fatores que são desenvolvidos em cada indivíduo a partir de questões subjetivas. Logo, conclui-se que as pessoas precisam ser vistas para além de suas genitálias, pois sua sexualidade não reside somente ali.

2. Formação adequada para lidar com as questões de gênero e sexualidade

Durante a graduação em Psicologia, a atuação profissional é estudada em suas diversas áreas, teorias e teóricas/os, a fim de que a/o profissional tenha uma base de conhecimentos científicos estruturada para atuar no mercado de trabalho.

Para [L. R. Silva](#) (2020), o processo de formação é um dos mais importantes para a carreira da/o profissional, pois é o momento de adquirir todo o conhecimento possível, o que inclui, também, o saber sobre gênero, suas características e implicações, visto que se trata de uma temática atual, que deve ser discutida, justamente, a fim de que pessoas não cis-heteronormativas possam conquistar lugares que não eram ocupados por elas no passado.

Sendo assim, as/os psicólogas/os entrevistadas/os compreendem que não tiveram, durante a graduação, uma abordagem adequada quanto a gênero e sexualidade, e que, no máximo, tinham uma disciplina que tratava do assunto, o que é considerado superficial, dada a relevância do tema para a sociedade como um todo. Ressalte-se o fato de que a disciplina que tiveram era optativa, ou seja, tem sua importância relegada a segundo plano. Assim, a questão de as/os respondentes considerarem não ter tido formação apropriada para este assunto pode ser evidenciada na seguinte fala:

Não muito, pois este discurso tem sido mais abordado agora. No começo de 2018 que a gente percebeu esta diferenciação de assuntos que foram sendo tragos na graduação. (P3)

Em que pese o fato de assuntos ligados ao sexo permearem a Psicologia como aspecto fundante, sua concepção generificada parece não ter sido apresentada ao sujeito participante de maneira enfática, ao ponto de se compreender uma abordagem ao tema que tinha, inclusive, analisando-se o contexto, cunho político-ideológico a partir da polarização existente no país nesta época. A compreensão de tal assunto como parte de um “discurso” também é digna de nota que corrobora esta interpretação.

Já outra/o participante diz o seguinte:

Formação adequada, eu penso que a gente poderia ter aprofundado mais um pouco, é um assunto muito polêmico, de certa forma, ainda é considerado como

tabu, né, porque, enquanto profissional, principalmente da Psicologia, a gente tem que ter mais riqueza de conhecimento. (P8)

A análise deste e dos outros trechos desta categoria permite pensar sobre o que é relativo ao outro e o que se refere à/ao própria/o profissional. A busca pelo conhecimento parece ser função de outrem, e não exatamente de si própria/o, principalmente no que se refere a assuntos tidos como mais delicados e controversos.

Na minha formação, eu não tive oportunidades, disciplinas relacionadas a isso, exceto que eu tinha um professor que foi meu orientador, que a gente abordava isso, mas a nível de disciplina específica não. (P4)

Talvez o fantasma da abjeção butleriano impeça que se mergulhe mais profundamente naquilo que ameaça e perturba, em busca de se lutar para rearticular a legitimidade e a inteligibilidade simbólicas ([Butler](#), 2019). Objetivando-se manter determinado estado das coisas, não se vai muito à frente com assuntos tidos como delicados.

De acordo com [Mizael](#) et al. (2019), a Psicologia como profissão promove respeito, buscando preservar todos os direitos humanos. Desta forma, é necessário o saber acerca do tema ser construído da melhor maneira possível, tanto no período da graduação, como na atuação profissional, pois o processo de conhecimento é contínuo.

3. A percepção do conhecimento sobre gênero na prática profissional

As/os psicólogas/os participantes da pesquisa, em sua maioria, apresentaram que seus conhecimentos acerca de gênero e sexualidade não são tão profundos quanto poderiam. No entanto, ainda assim, não buscaram aprimorar o embasamento teórico, mas deixam claro que tal aprofundamento seria necessário. Contudo, um/a delas/es até alegou que discute sobre o assunto com frequência, tendo chegado a fazer cursos on-line em algum momento da carreira, porém, sem atingir um nível mais profundo dentro do tema.

De acordo com [Assunção](#) e Silva (2018), existem falhas na formação da/o psicóloga/o, pois é preciso se aproximar da realidade que deverá ser encontrada na vida profissional. Sendo assim, as técnicas e teorias deveriam estar relacionadas ao cotidiano, incluindo-se aspectos como a vivência sexual e de gênero, de

maneira que se vê como é necessária uma formação mais diversa e inclusiva.

Qualificação não, eu fiz um curso on-line da escola de direitos humanos, sobre os direitos das pessoas LGBTs, mas é um curso de atualização só. Inclusive, eu terminei ele há pouco tempo. (P4)

Em corroboração a esse aspecto, sua colega assim afirma:

Pra ser sincera, no momento não, não tenho buscado para aprimorar nesse assunto. (P8)

É notória, portanto, a ausência da busca em qualificação a respeito da temática e, quando ela ocorre, é abordada de uma maneira não tão adequada quanto deveria ou poderia, pois, se trata de um assunto com tamanha complexidade e importância na atualidade.

Olha, eu acho que, na verdade, as minhas percepções vêm muito mais da minha cultura familiar, nós somos ensinados a compreender que existe gênero masculino e feminino, mas na minha prática profissional não consigo avaliar um momento onde eu tenha parado para fazer esta percepção. (P7)

A fala desta/e profissional se soma à seguinte:

Acaba sendo complicada, porque há sempre uma atualização em todo o contexto e tem coisas que eu não consigo acompanhar. Confesso que ainda tenho muita dificuldade para entender algumas coisas e acredito que, com a renovação das nomenclaturas, a gente acaba se perdendo em algum contexto e, quando eu tenho alguma dúvida, aí eu busco pesquisar através de algum artigo para procurar saber mais sobre, mas é complicado acompanhar e sinto essa falta que a graduação não me proporcionou durante o curso. (P3)

Evidencia-se nos fragmentos aqui analisados que o contexto histórico, no sentido conservador, a partir da cultura local, do que foi “ensinado” pelas/os familiares sobre sexualidade, ainda é vigente, mesmo após todas as desconstruções que vêm sendo realizadas continuamente, no sentido de se compreender, de fato, que não se deve limitar gênero somente ao órgão masculino ou feminino.

Segundo [Melo e Barreto](#) (2014), a problematização sobre as diversidades muitas vezes leva à resistência advinda de paradigmas construídos

epistemologicamente por receio de uma suposta degeneração do que já está estabelecido por discursos sociais advindos de instituições como a família, a igreja, a escola e o campo de trabalho, esferas que possuem, precipuamente, características conservadoras, a fim de preservarem o seu poderio.

Sob a perspectiva de [Costa-Júnior et al.](#) (2019), o saber científico relacionado ao ensino da categoria gênero na formação em Psicologia ainda é escasso. Nesse sentido, sustentam ser fundamental a questão de se produzir conhecimentos mais abrangentes sobre o tema e contribuir para futuras propostas curriculares que incluam o gênero e a sexualidade nos cursos de formação em Psicologia.

4. A conduta em um processo terapêutico

A Psicologia como profissão tem seus preceitos de prezar pelos direitos humanos sem exceções, característica que está bastante enfatizada no próprio Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o. De acordo com o [Conselho Federal de Psicologia](#) (2005), esta/e profissional deve sempre prezar pela promoção da dignidade e integridade do indivíduo, e está vedado de realizar qualquer julgamento, quer seja de ordem ideológica, de orientação sexual, moral ou relativo a qualquer outro tipo de preconceito quando no exercício de a suas funções profissionais.

No entanto, sabe-se que todo ser é constituído de suas peculiaridades, o que está relacionado a questões sociais, culturais, religiosas etc. As/Os participantes da pesquisa ressaltaram suas particularidades quanto ao assunto, porém, afirmam que não existe distinção no processo de condução terapêutica ao tratarem de pessoas LGBTQIA+.

Se fosse há alguns anos atrás, pra mim teria algumas dificuldades minhas. É tão engraçado que eu já quebrei a cara uma vez com isso, a pessoa me procurou, foi uma travesti e eu pensei que ela ia falar sobre as questões de gênero, o que ela sofre como travesti, e na verdade o problema não tinha nada a ver com isso. (P5)

Percebe-se que houve uma pré-julgamento, por se acreditar que a travestilidade deve sempre apresentar-se como “uma questão” que geraria conflitos internos a serem tratados na/o psicóloga/o; apesar de existirem pessoas com a necessidade de saber lidar melhor com suas próprias características, a generalização não é adequada.

Jamais, jamais. Na verdade, na minha cabeça nem existe essa diferenciação. Na minha cabeça existe a questão de que todos são seres humanos, para mim nunca existiria essa diferenciação tanto que chega a ser estranha esta pergunta. (P1)

Para [Borges](#) et al. (2013), existem diversas possibilidades de atuações e intervenções no campo da Psicologia. Sendo assim, não existe padronização para o atendimento psicoterapêutico, pois o sujeito é único e subjetivo, sendo necessário seguir com uma boa conduta, respeitando o que sustenta o seu Código de Ética. Tal fato implica um investimento contínuo na qualificação profissional para o enfrentamento das desigualdades sociais ainda enfrentadas atualmente, independentemente de serem relativas às diferenças de classe, sexo/gênero, raça/etnia etc.

Este processo de aprimoramento requer uma mudança que é de ordem profissional, mas também é pessoal:

Não. Nunca tive problema em atender pessoas, são elas as que precisam de atendimento, então, a gente foi formada para atender pessoas independente de algo. É claro que tem pessoas que não conseguem e a gente respeita isso, por n questões, mas eu não vejo problema quanto a isso, porque são pessoas normais assim como eu e se também não for, se tiver algo patológico, aí que devemos atender esta pessoa mesmo. Então, eu não vejo problema quanto a isso não. (P3)

Considerando-se o que P3 apresenta, principalmente ao falar dessas “pessoas”, referindo-se à população LGBTQIA+ sobre a qual versam a pergunta e a resposta, certa forma de se apresentar em conformidade com um discurso estabelecido de atenção, também denota distanciamento.

[Butler](#) (2019) explicita que o fantasma normativo do “sexo” faz parte de uma identificação formativa, ou seja, “a regulação das práticas identificatórias” se materializa em uma abjeção que sequer permite uma fala mais exata e assertiva acerca das questões ligadas ao sexo e ao gênero através da repetição do termo “pessoas”, como se a fim de afirmar tal condição de igualdade e normalidade. Também, ao dizer que essas são pessoas que “precisam de atendimento”, pode-se compreender novamente a generalização do sofrimento ou do desvio de alguém não cis-heteronormativo.

Considerações finais

Com enfoque no melhor entendimento e nivelamento do conhecimento sobre as questões de gênero e sexualidade obtido no decorrer da formação das/os profissionais psicólogas/os, o tema se deu com o objetivo de investigar acerca da existência de uma preparação adequada durante a graduação ou se estas/es profissionais buscaram por aperfeiçoamentos para tratar essa demanda, que cresce cada dia mais na sociedade. Como resultado da pesquisa, foi notória a deficiência nas graduações da região do norte de Minas Gerais quanto a este tema. De modo geral, as/os profissionais relataram que, enquanto acadêmicas/os, poucas eram as ofertas de conteúdos que abrangessem a temática aqui investigada.

As/Os participantes apresentaram interesse em buscar mais conhecimentos após a formação, pois, na atualidade, se faz necessário abordar os temas que estão em constante evolução. Devido à importância da proposta, acredita-se na relevância em tratar do assunto com um olhar mais próximo, pois até mesmo na construção do estudo foram perceptíveis as lacunas em referências acerca do conteúdo, o que pode ser caracterizado como uma limitação.

Outro limite apresentado durante a pesquisa foi certa dificuldade de algumas/ns profissionais de participarem da pesquisa por aparentarem ter algum tipo de receio sobre o que entendiam que seria certo ou errado falar. Incluem-se neste grupo profissionais que pediram para ter acesso às perguntas anteriormente à entrevista ou que sequer responderam ao contato da equipe. Por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, procura-se compreender a maneira com que as/os profissionais percebem o seu próprio trabalho e a sua formação; no entanto, em alguns casos, hipotetiza-se sobre o entendimento anterior de que não houve, realmente, formação adequada nesse sentido, o que já as/os colocou diante de um dilema sobre correrem o risco de demonstrar tal fato.

Sendo assim, acredita-se na necessidade de se indicar revisões nas grades curriculares, propondo-se a discussão acerca de mais conteúdos relativos a temas atuais como gênero e sexualidade, a realização de rodas de conversas e/ou eventos entre profissionais e acadêmicas/os e demais elaborações que se julguem adequadas. Um mais alto nível de conhecimentos, dentro ou fora das instituições, é essencial para que se ofereça uma prestação de serviço de

maior qualidade na busca de uma conduta profissional por parte das/os psicólogas/os que considere os sujeitos a partir de sua subjetividade essencialmente diversificada.

Contribuições dos autores

Silva NF participou da concepção, delineamento, busca e análise de discurso dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados, redação do artigo científico. Gomes PP participou da coleta de dados da pesquisa, interpretação dos dados. De Brito WF participou da concepção, delineamento, análise dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Referências

- Amaral, C. A., Ribeiro, P. R. C., & Barros, S. C. (2021). Atravessamentos de gênero, sexualidade na psicologia: Discutindo alguns acontecimentos. *Revista diversidade e educação*, 9(esp.), 712-734. <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12734>
- Anjos, K. P. L., & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 49-56. <http://dx.doi.org/10.24879/201600100020059>
- Assunção, M. M. S., & Silva, L. R. (2018). Formação em psicologia e diversidade sexual: Atravessamentos e reflexões sobre identidade de gênero e orientação sexual. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(5), 392-410. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15939>
- Bastos, G. G., Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A. (2017). A homofobia em discurso: Direitos humanos em circulação. *Linguagem em (Dis)curso*, 17(1), 11-24. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-170101-0416>
- Borges, L. S., Canuto, A. A. A., Oliveira, D. P., & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia: Revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730-745. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300016>
- Brasil, L. L. (2011). Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: Desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem - Estudos e Pesquisas*, 15(1), 171-182. <http://doi.org/10.5216/lep.v15i1.25149>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: Os limites discursivos do sexo*. N-1.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Costa-Júnior, F. M., Almeida, B. S., & Correr, R. (2019). Concepções sobre gênero e formação no campo da psicologia da saúde. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (Araraquara)*, 14(2), 1441-1464. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12610>
- Foucault, M. (1998). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Graal.
- Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: Controvérsias públicas em torno da "cura gay". *Religião e sociedade*, 39(2), 175-199. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>
- Henning, C. E. (2008). Gênero, sexo e as negações do biologicismo: Comentários sobre o percurso da categoria de gênero. *Revista Artémis*, 8, 57-67. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2306>
- Machado, G. E., & Oliveira, V. M. (2018). *Gênero, diversidade sexual e educação*. Eulim.
- Melo, A. R., & Barreto, D. J. (2014). Formação em psicologia: Discursos e saberes sobre experimentação de gênero. *Psicologia Ciência e Profissão*, 34(3), 676-689. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000932012>
- Melo, T. G. R., & Sobreira, M. V. S. (2018). Identidade de gênero e orientação sexual: Perspectivas literárias. *Temas em Saúde*, 18(3), 381-404. <https://doi.org/10.29327/213319.18.3-21>
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Marola, P. P. (2019). Conhecimentos de estudantes de psicologia sobre normas de atuação com indivíduos LGBTs. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003182761>
- Pinho, F. A., Melo, L. A. F., & Oliveira, J. P. (2019). Os assuntos gênero e sexualidade: Representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. *Brazilian Journal of Information Science*, 13(2), 36-47. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n2.04.p36>

- Reis, T. (Org). (2018). *Manual de comunicação LGBTI+*. Aliança Nacional LGBTI. <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>
- Resolução CFP nº 001/99, de 22 de março de 1999.* (1999). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Conselho federal de psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Silva, F. A., & Mello, I. S. P. B. (2017). Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus*, 11(1), 81-95. <https://doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1924>
- Silva, G. (2020). Qual o significado da sigla LGBTQIA+?. *Educa+Brasil*. <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>
- Silva, L. R. (2020). *Psicologia e sexualidade: Uma análise da formação acadêmica a partir dos atravessamentos da (in) visibilidade de gênero e diversidade sexual nos currículos* [Dissertação de mestrado, UNESP]. Repositório UNESP. https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/silva_lr_me_arafcl.pdf